

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 35

Junho - 2012

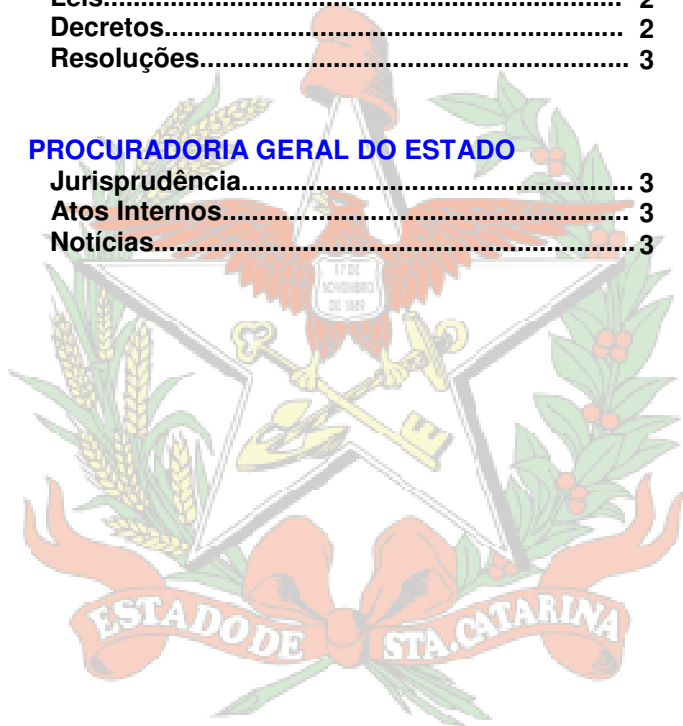
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2
Resoluções.....	3

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 570, de 8 de maio de 2012**

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 571, de 24 de maio de 2012

Institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

LEI Nº 15.814, de 3 de maio de 2012

Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos.

LEI Nº 15.815, de 8 de maio de 2012

Acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.820, de 8 de maio de 2012

Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados à emissão de raio laser em uso humano no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI Nº 15.822, de 24 de maio de 2012

Revoga a Lei nº 12.778, de 2003, que estende aos serventuários, auxiliares da justiça e juizes de paz, inativos, o abono de que trata a Lei nº 12.667, de 2003.

LEI Nº 15.829, de 24 de maio de 2012

Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações nos estabelecimentos penais estaduais, e adota outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 940, de 2 de maio de 2012**

Introduz as Alterações 2.977 a 2.984 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 941, de 2 de maio de 2012

Introduz a Alteração 2.986 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 942, de 2 de maio de 2012

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina para o ano de 2012.

DECRETO Nº 943, de 2 de maio de 2012

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 621, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a Lei nº 306, de 21 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento do Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 948, de 2 de maio de 2012

Aprova a Resolução nº 002, de 12 de janeiro de 2012, da

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), que corrige a Tabela de Preços dos Serviços Pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

DECRETO Nº 951, de 8 de maio de 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 1.932, de 14 de junho de 2004, que regulamenta a Lei nº 12.930, de 04 de fevereiro de 2004, que institui o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do Estado.

DECRETO Nº 952, de 8 de maio de 2012

Dispõe sobre a concessão da “Medalha Zilda Arns Neumann” e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 960, de 8 de maio de 2012

Introduz a Alteração 2.985 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 961, de 8 de maio de 2012

Introduz as Alterações 2.987 a 2.989 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 962, de 8 de maio de 2012

Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 964, de 8 de maio de 2012

Dispõe sobre a Medalha de Mérito da Cavalaria da Polícia Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 965, de 8 de maio de 2012

Aprova a alteração e consolidação do Estatuto Social da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 966, de 8 de maio de 2012

Cria o Comitê Central para Gestão de Grandes Eventos Turísticos, Culturais e Esportivos em Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 968, de 16 de maio de 2012

Dispõe sobre a necessidade de prévia aprovação pelo Grupo Gestor de Governo para a contratação direta e por licitação, a alteração contratual e instrumento congêneres, as aquisições de materiais que impliquem em aumento de despesa e a participação de servidores em eventos, no âmbito da administração direta, autárquica, fundacional e das empresas estatais dependentes do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 975, de 16 de maio de 2012

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 621, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a Lei nº 306, de 21 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento do Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 979, de 23 de maio de 2012

Estabelece ponto facultativo nos órgãos e nas entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 988, de 23 de maio de 2012

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 660, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a aquisição e locação de veículos oficiais no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 991, de 25 de maio de 2012

Institui o Programa “Crack, é possível vencer”, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico do crack e de outras drogas ilícitas no âmbito do Estado.

DECRETO Nº 992, de 28 de maio de 2012

Dispõe sobre medidas de gestão administrativa nos casos que

menciona.

DECRETO Nº 993, de 29 de maio de 2012

Institui o Painel de Gestão SC no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 994, de 29 de maio de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 938, de 27 de abril de 2012, que dispõe sobre a necessidade de autorização prévia do Chefe do Poder Executivo estadual nos casos que menciona e estabelece outras providências.

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 0004/2012 (Grupo Gestor do Governo do Estado)

Regulamenta os ressarcimentos e pagamentos ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais – FMPIO, administrado pela Secretaria de Estado da Administração, a serem efetuados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 73.745 - SC

Relator: Ministro Benedito Gonçalves

Agravante: Estado de Santa Catarina

Procurador: Ezequiel Pires

Publicação: 6 de junho de 2012

Processual Civil e Tributário. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial. Reconsideração da decisão agravada. Execução fiscal. Suspensão ou arquivamento. Inexistência. Decretação de ofício da prescrição intercorrente. Impossibilidade. Agravo conhecido para, desde logo, dar provimento ao Recurso Especial.

ATOS INTERNOS

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 001, de 2 de maio de 2012

Designa Procuradores do Estado e uma Contadora da Fazenda Estadual integrarem a Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP) da Procuradoria Geral do Estado.

PARECER Nº 127/12

Interessada: Secretaria de Estado da Educação

Autor: Ana Cláudia Allet Aguiar

Ementa: Servidor Estadual. Magistério Público. Requerimento aposentadoria professor quarenta horas. Impossibilidade cumulação remuneração cargos públicos.

Incompatibilidade de horário entre o cargo anterior à aposentadoria com o atual exercido pela interessada e em que pretende se inativar. Indeferimento do pedido.

PARECER Nº 128/12

Interessado: Secretaria de Estado da Administração

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: I - Servidor do magistério público estadual aposentado voluntariamente. Pedido para reversão ao serviço ativo. II - O estatuto do magistério não prevê a possibilidade de reversão de servidor inativado voluntariamente. Prescreve em 5 (cinco) anos contados da data da publicação do respectivo ato, direito ou ação tendente à modificação da aposentadoria de servidor público.

PARECER Nº 129/12

Interessada: Secretaria de Estado da Fazenda

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Empregado público da Codesc convocado para prestar serviços à Secretaria de Estado da Fazenda. Vínculo profissional original regido pela CLT. Recebimento de gratificação de natureza estatutária denominada Gratificação por Atividade Fazendária - GAF. Impossibilidade. Não é possível a criação de regime jurídico híbrido ou "sui generis". Questionamento sobre recolhimento de FGTS prejudicado pela inconstitucionalidade do recebimento da referida gratificação.

NOTÍCIAS

PGE produz projeto de criação da Defensoria Pública de SC

O projeto de criação da Defensoria Pública de Santa Catarina, produzido pela Procuradoria Geral do Estado, com a colaboração da Secretaria de Estado da Casa Civil, foi encaminhado para avaliação da Assembléia Legislativa, em 30/5.

A proposta prevê a criação de 60 cargos de defensor público, 50 cargos de nível superior (assessoramento técnico) e 40 cargos de nível médio (suporte administrativo). Imediatamente, a previsão é da contratação imediata de 20 aprovados de cada cargo. O restante das vagas será preenchida gradualmente.

Após a aprovação da lei pela AL, os cargos são automaticamente criados, o que permite a realização imediata do concurso público. A expectativa é que até o final do ano já esteja implantada a Defensoria Pública em Santa Catarina.